



Entrevistas



Julieta Paredes:

mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear

Tereza Spyer

¡DALE!, PPGICAL / UNILA

Mariana Malheiros

¡DALE!, PPGICAL/UNILA

María Camila Ortiz

¡DALE!, Cinema e Audiovisual / UNILA

Tradução:

Mariana Malheiros

Julietta Paredes foi a única do conjunto de entrevistadas e entrevistados do presente e do anterior volume da revista *Epistemologias do Sul*, com enfoque no giro decolonial latino-americano, que nos pediu um encontro por videoconferência. Ela preferiu nos falar, vendo o rosto das mulheres que a entrevistaram e sendo vista por elas, ao invés de nos escrever as respostas por e-mail. Talvez o pedido tenha a ver com a possibilidade de um “olho no olho”, ainda que mediado por dispositivos tecnológicos, importante para uma militante do chamado Feminismo Comunitário (cf. PAREDES, 2010, 2015 e 2018) e no coletivo *Mujeres Creando Comunidad*. Ou, ainda, se deva à centralidade que a oralidade possui nos registros e narrativas aimará. Jamais saberemos, mas a experiência foi intensa.

Paredes, aliás, não se apresenta como boliviana, mas aimará. Ao longo da entrevista, deixou claro que uma de suas lutas foi e tem sido em prol do *Suma Quamaña* – expressão que no seu idioma materno designa “vida em plenitude” e que encontrou como tradução o termo “Viver Bem” – e não pelo *Sumak Kawsay*/Bem Viver dos povos quéchuas, de maior projeção no mundo acadêmico (cf. YAMPARA, 2011; CUBILLO-GUEVARA et al., 2014). Pontuou, ainda, sobre outras questões relacionadas às políticas de nomear e nomear-se: sendo indígenas e cientes do eurocentrismo inerente aos primeiros feminismos, é produtora que ela e suas companheiras se reconheçam “feministas”? Sabendo-se que “lesbianismo” faz referência à ilha grega de Lesbos, bem como que a sexualidade é mais ampla do que o que é designado pelos termos que a classificam, é conveniente autonomar-se “lésbica”? Devemos falar sobre o “decolonial”, ou seria esse um termo da academia estadunidense, sendo mais adequado no embate epistemológico acrescentarmos a letra “s” e referirmo-nos ao “descolonial” e à “descolonialidade”?

Trata-se, em verdade, de dilemas recorrentes daquelas e daqueles que percebem os conceitos e ideias contaminados pela colonialidade: há que se disputá-los ou abandoná-los? Atribuímos a essas palavras adjetivos que possam redefini-los ou criamos novas palavras para deixarmos de tê-los como referentes?

Paredes parece expor com clareza, ao longo da *charla*, algumas cisões dentro da própria esquerda. Se, além de seus ancestrais, ela também reconhece Túpac Katari, Aníbal Quijano e Paulo Freire como “avôs” que inspiram suas formulações teóricas e lutas, não poupa críticas a marxismos e feminismos branco-burgueses que insistem em se apresentar como portadores de soluções universais que, em definitivo, não interessam às mulheres indígenas. Tampouco se furta de defender posições contrastantes que, segundo ela, têm relação com as necessidades e a visão de mundo, singulares e territorializadas, dessas mesmas mulheres – como é o caso da oposição à legalização do aborto e à autodesignação como “mulheres” de pessoas transgêneras nascidas como homens biológicos.





Foto: Fran Rebelatto. Sucre, Bolivia





Desde já queremos te agradecer. Para nós, é uma grande alegria realizar esta entrevista. Você poderia se apresentar?

Meu nome é Julieta Paredes Carvajal, sou do povo aimará, do território que atualmente se chama Bolívia. Eu estive com nossos povos na luta, na construção do que é esta esperança do *Suma Qamaña*, que é o “Viver Bem”, que é também a presença e a força das mulheres na construção deste “Viver Bem”.

Quando eu era menina, mais jovem, conheci a Teologia da Libertação que foi, digamos, meu primeiro contato teórico com a explicação das violências realizadas contra os pobres. E foi muito interessante esse lugar, mas depois já me aproximei do feminismo, à esquerda primeiro; mas era um feminismo que não era um feminismo que unificava nossos corpos de mulheres indígenas. Logo depois, já com o [coletivo anarcofeminista] *Mujeres Creando*, iniciamos um caminho de resistência ao neoliberalismo.

Também rompi com o coletivo, principalmente, porque as companheiras que formavam parte deste espaço não acreditavam na energia e na força do povo, consideravam que o povo era muito machista e homofóbico, para que pudessem nos compreender. A partir dessa vivência de romper com esse grupo, o que foi muito doloroso, minha pergunta foi: com o que se pode, com quem vamos fazer as mudanças transcendentais, profundas, que também se chamam revolucionárias, para nossos povos? Com quem vamos realizá-las? Em pequenos grupos, só mulheres? Então, esse foi meu questionamento, e justo nesse momento meu povo, nossos povos e organizações sociais na Bolívia, fizeram a insurreição de 2001, a guerra pela água, e as lutas em 2003...

Esse foi o caminho e nesse percurso à Pachamama, os movimentos e organizações sociais me esclareceram que as revoluções se fazem com o povo, não em pequenos grupos, tampouco em partidos, mas sim com os povos organizados considerando nossas próprias contradições, todas as nossas impurezas – afinal, não somos anjinhos –, mas ainda vamos construindo. Essa é a minha caminhada e por isso construímos este Feminismo Comunitário. Desde o ano de 2006 nós o conceituamos e aqui estamos caminhando, não sem tropeços porque também, lamentavelmente, o percurso não é fácil. Embora tenhamos proposto novas ideias, não é fácil criar nossos próprios conceitos em um mundo colonizado. Nossos corpos chamados indígenas, de povos originários, nossos povos guaranis e aimarás não têm a permissão de pensarem por si mesmos – não temos essa autorização. Então, rapidamente qualquer ideia, qualquer proposta, querem manipular, copiar, plagiar. Não para construir, mas para destruir, para a promoção individualista do capitalismo.

O que posso dizer-lhes, irmãs, muito obrigada por me escutarem e muito obrigada por me convidarem para esta entrevista.

Tereza Spyer, Mariana Malheiros, María Camila Ortiz



Por favor, fale um pouco sobre a sua trajetória pessoal e acadêmica e, a partir delas, o que a levou ao giro decolonial.

Entender o que os invasores coloniais fizeram com nossos corpos e povos foi uma pergunta dos nossos avôs e avós. Por isso, aqui, nos nossos territórios, a luta pela escola pública nos *ayllus*¹ tem sido muito importante já que nós somos de culturas orais, o que quer dizer que nós, como povos, sabemos escrever de outras maneiras. Não que não tenhamos inventado grafismos que possam simbolizar, certo?

Com a colonização, a grafia das letras escritas sobre os papiros e papel fizeram parte da imposição que se fez sobre outros povos e do reducionismo conceitual, linguístico que se faz com os povos do mundo, especialmente com os povos de Abya Yala. Nós temos grafismos, sabemos ler, interpretar, entender, pensar e temos documentos que são nossos grafismos escritos em pedras, tecidos e cerâmicas. Nosso povo nos fez, então temos uma riqueza muito grande de documentos que permanecem conosco, para recuperar a memória, interpretar ou ao menos tentar, como povos, o que nossas e nossos ancestrais desejaram.

Estudar para nós, como povos, e para nós, mulheres, dentro de nossos povos, têm sido muito mais difícil, porque embora alguns irmãos tenham sido capazes de ingressar na escola, a conquista das mulheres foi muito posterior. Somente agora se abriu essa possibilidade com o governo do Estado Plurinacional. Pessoalmente, eu sou a primeira e até agora a única da minha família que terminou seus estudos e ingressou na universidade para formação acadêmica, mas minhas ancestrais são sábias e manejam teorias e conhecimentos que até o momento me encantam e seguem me ensinando.

Quando ingressei na universidade durante a década de 1980, a academia foi para mim uma disputa com a ditadura daquele momento, narcotraficante e neoliberal, e, então, minha formação acadêmica se deve a uma universidade que disputava o espaço da esquerda, do pensamento de esquerda, com pensamentos conservadores, direitistas e nós, as/os estudantes, fundamentalmente, tínhamos uma formação autodidata. O vovô Avelino Siñari, por volta da década de 1930, fundou a Escola Ayllu. Ele pensou esse modelo autodidata porque ele não era um professor formado na escola normal ou na universidade, e inventou essa forma de educação: a escola dentro da comunidade, com a comunidade, necessariamente, para aprender a ler e escrever, o que recupera o que foram nossos mandatários, os avôs que eram os mandatários em mais ou menos 1870, que escondidos do colonialismo, haviam aprendido a ler e escrever. Até onde sei, alguns deles eram órfãos que os colonizadores colocavam em suas casas para realizar o trabalho doméstico e, rapidamente, aprendiam a ler e escrever. Posteriormente, usaram esse conhecimento para defender as terras e os territórios da usurpação dos colonizadores. Quando ingressei na universidade, nós também estávamos cuidando de recuperar os territórios de nosso país, a Bolívia, das garras do imperialismo e do capitalismo estadunidense. Então, como aimarás, nós também seguimos essa forma de educação autodidata, ainda que as ideias sejam diferentes, e também vamos inventando metodologias.

O feminismo tem a ver com meu corpo negado, ignorado e invisibilizado. Eu, como aimará, tive que com quatro ou cinco anos deixar de falar em aimará, precisamente porque iria ingressar na escola e meu pai – agora não o julgo, mas houve um tempo em que tive muita raiva – me proibiu de falar nosso idioma porque não queria que eu tivesse um jeito indígena e que se notasse que eu vinha do povo originário – como se eu não tivesse a minha cara como prova de

1 Palavra de origem quéchua que designa comunidades andinas com uma ascendência comum e que trabalha em forma coletiva em um território comum (Nota da tradutora [N.T.]).



que venho do povo aimará. Então, pelo nosso bem, se fazia isso. Às vezes, os pais e as mães tinham essa ideia. O que eu faço com meu corpo é transformá-lo num instrumento de luta e, por outro lado, um instrumento de reflexão, como aimará e lésbica, porque esse é outro elemento também importante para minha vida. Agora, nesse momento, estou questionando se a palavra “lésbica” define esta identidade ou sexualidade, ou se é mais uma redução. Estou perguntando, principalmente, pelo que vejo agora do que é o movimento feminista. Não só porque veio de Lesbos, toda essa história, mas por seu reducionismo do que são nossas sexualidades nos povos originários. Não sei se temos a necessidade de nos chamarmos de lésbicas, mas como visibilizamos uma sexualidade distinta? Isso ainda está sendo uma pergunta neste momento.

É por aqui que me permitem entender e andar pelo feminismo, mas um feminismo latino-americano. Quando se radicalizou o neoliberalismo na Bolívia, precisei deixar o país e parte dos meus estudos foram realizados fora. Deixei o país, não com uma bolsa de estudos, tampouco exilada formalmente, mas exilada enquanto parte de um povo. Ou seja, mesmo para os exílios há exilados de classe A ou B, exiladas de classe C. E o somos porque temos que fugir, mas não temos os *status* porque mesmo os espaços da ACNUR [Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados] estão ao alcance das elites da esquerda, da Academia, que sabem como ingressar nesses lugares. Então, eu fiz parte dos muitos índios e índias que tiveram que deixar seu país de origem porque tínhamos que proteger nossas vidas e não conhecíamos os mecanismos burocráticos do exílio, por exemplo. Mas cuidei da minha vida e... bom, estou aqui: Pachamama também nos protege.

Cheguei na Itália e ali tive uma formação acadêmica em que realmente sim, agradeço, à biblioteca – porque realmente era linda, com os últimos livros que haviam saído. Estou falando do ano de 1988 e tinham livros de 1988, coisa que aqui, na minha universidade, não aconteceu desde o século passado, então isso foi muito importante. Mas a metodologia e a relação acadêmica dos estudantes era horrível. Enquanto na minha universidade, a Universidade Mayor de San Andrés, eu tinha me educado para contestar, ser autodidata e na aula levava muito mais argumentos que o professor ou a professora – podendo criar disputa com o pensamento hegemônico conservador capitalista –, nessa universidade em que eu estava, ali, em Roma, todo mundo escutava caladinho e, no máximo, fazia uma pergunta para compreensão e esclarecimento. Nem pensar em fazer uma disputa política ou ideológica, ou um aprofundamento do tema! Então, isso me fez sofrer muito, mas bem... A maioria dos indígenas que consegue ingressar nas universidades é gente muito criativa, e não estou dizendo que somos uma maravilha, mas tive o testemunho de várias irmãs e irmãos das dificuldades. São pessoas muito bonitas, muito brilhantes como vocês também são, irmãs, e muitos irmãos também, mas eu quero visibilizar o lado indígena porque não somos preguiçosos nos estudos, ao contrário, nos dedicamos. Eu fui bem nas notas, mas no momento da defesa da minha tese, em 1990, um dos professores entendeu que eu utilizava autores muito antigos como Paulo Freire, *Pedagogia do oprimido* ([1974] 2019), que utilizei como base da minha tese. Bem, era uma universidade católica, o que eu disse foi: “mas vocês argumentam com Santo Agostinho e São Tomás, que são muito mais antigos que Paulo Freire e seguem aprovando essas teses, então...”. Bem, isso me serviu, alguns ficaram com raiva, mas me salvei e me aprovaram.

Esta história, digamos, de atrevimento, não me é dada pela Academia, mas pelo povo de luta. E a verdade também é que, em certos momentos, não importa se aprovam ou não tua tese, o mais importante é o que você propõe, sem que lhe humilhem. Esse é meu caminho, junto com o feminismo, para tratar de entender meu corpo e minha sexualidade.



Julietta Paredes

A leitura da descolonização tem a ver, principalmente, com a nossa valorização como povos, que ocorre a partir do ano 2001 e do ano 2003. Digo que ocorre com maior força porque já antes me identificava com o pensamento katarista.² Tanto a esquerda, como o Katarismo e a Teologia da Libertação, fizeram parte da minha formação política. O Katarismo, esse pensamento de Fausto Reinaga, de irmãs e irmãos da universidade, era muito atraente para mim. Mas o pensamento marxista, nos anos de 1990, era a base fundamental e a partir desse contexto. Com o *Mujeres Creando*, o que fizemos foi contestar o neoliberalismo, o capitalismo neoliberal a partir de um feminismo latino-americano. Porque muito embora eu estivesse na Europa, o feminismo europeu nunca me atraiu porque as práticas das feministas em Roma e na Alemanha, onde também trabalhei, eram práticas bem racistas: o feminismo era para mulheres brancas, acadêmicas, acomodadas e burguesas. Algumas vezes fomos em alguma palestra ou café e ali não havia migrantes, nem latino-americanas, tampouco italianas ou alemãs empobrecidas ou trabalhadoras, era gente com dinheiro. Então o feminismo, esse feminismo, não me atraiu. Mas o feminismo latino-americano sim, porque estava sendo construído a partir dos encontros feministas. O primeiro encontro feminista que eu fui foi no ano de 1990, na Argentina, em São Bernardo, e ali me encontrei com Farabundo Martí, ex-guerrilheiras, mulheres da Teologia da Libertação, negras, gente do Movimento Sem Terra, lésbicas... Uma maravilha! Ou seja, era outra a composição, pelo menos aparente, essa do feminismo latino-americano, e eu disse: “este feminismo é o que eu quero construir”.

Começamos com o *Mujeres Creando* o que nós chamamos de “feminismo autônomo”: autônomo em relação às ONGs, às igrejas e aos governos neoliberais. E continuamos esse trabalho. Mas, como já tinha lhes dito em minha apresentação, esse movimento entrou em crise no ano 2000 e nós tivemos que partir do *Mujeres Creando* e construir o que é a comunidade *Mujeres Creando Comunidad* – que no ano de 2006 se tornou o Feminismo Comunitário. Todo esse caminhar foi nutrido, fundamentalmente, por nossos irmãos kataristas, porque eles já pensavam o conceito de descolonização, que necessitávamos nos descolonizarmos como povos originários, indígenas, aimarás. Tínhamos que nos descolonizar de todo o pensamento eurocêntrico, para eles porque o feminismo dos anos 2001, 2002 até 2006, não era considerado.

Começamos a questionar o pensamento marxista e as críticas surgidas no Katarismo me pareceram muito coerentes, que a esquerda o tratava como um pensamento único, mas também era eurocêntrico e, nesse processo, eu, pessoalmente, indago: “onde estão os corpos das mulheres indígenas?”. Eles estavam nas nossas comunidades, nos povos de onde somos. Mas onde estão nossos corpos? A nova Constituição da Bolívia é muito linda, mas em todos os capítulos se fala “os cidadãos” e “as cidadãs”, mas no capítulo sobre os povos originários se diz: “os indígenas”, “os povos originários”, e se perdeu “as e os indígenas”, “as e os habitantes dos povos originários”, invisibilizando as mulheres dentro do conceito de povos originários, como se fossem só nossos irmãos.

Em todo esse tempo, vejo a necessidade de pensar a descolonização de nosso processo de transformação também a partir dos corpos das mulheres. E para analisar a nova Constituição, eu havia criado o conceito de despatriarcalização. Propus às minhas irmãs que o conceito de patriarcado não era muito preciso no feminismo eurocêntrico, e que era o mesmo no feminismo latino-americano. Ou seja, a composição do feminismo latino-americano, suas sujeitas e organizações, era plural e nós, mulheres indígenas, estávamos também ali. Mas o pensamento

2 O Katarismo é um movimento político na Bolívia, organizado publicamente a partir da década de 1970 e nomeado em homenagem ao líder indígena do século XVIII Túpac Katari. Visava a recuperar a identidade do povo aimará e se manifestava contrário ao legado colonial que permanecera nas repúblicas latino-americanas, com a invisibilização dos povos indígenas, após os processos de independência (N.T.).



do feminismo latino-americano continuava sendo eurocêntrico, não pensava suas próprias categorias e não havia criticado o movimento das feministas autônomas que queriam criar suas próprias categorias. As categorias que pensavam o feminismo autônomo, do qual fomos parte com *Mujeres Creando*, eram categorias marxistas que se posicionavam contra o neoliberalismo e pela autonomia das mulheres, denunciando ONG neoliberais, mas não havíamos criado nossas próprias categorias, nem mesmo um conceito de feminismo. Então, o que propus às minhas irmãs foi reconceituarmos “feminismo” e “patriarcado”. E foi isso o que fizemos, irmãs. Em seguida, também reconceituamos o “gênero”. Todos estes elementos foram necessários para começar a construir uma proposta descolonizadora inspirada nos nossos irmãos que são parte de nossas comunidades e povos, mas desde os nossos corpos de mulheres. Não para competir, nem disputar com eles, apenas para o que nós sempre dizemos: eles, com seus olhos, estão vendo, descolonizando, e nós estamos abrindo nossos olhos com o Feminismo Comunitário. Pensamos estas descolonizações a partir de nossos corpos e contribuimos para podermos ver esses processos com os dois olhos. É a partir desse caminho que podemos falar de descolonização, irmãs!

Para você, qual a importância do conceito de “colonialidade do poder”, tal como foi formulado por Aníbal Quijano, centrado na ideia de raça? Qual a importância do giro decolonial e também do Feminismo Comunitário, considerando o avanço dos movimentos conservadores na América Latina e no Caribe?

Nosso avô Aníbal Quijano realizou aportes muito interessantes que também nos vão motivando para poder entender, compreender o que estamos vivendo. Creio que é importante nos desprendermos da imposição conceitual, digo isso porque podemos fazê-lo no nosso cotidiano, mas às vezes temos que lidar com isso – me refiro ao poder ou ao sistema, entenderam? O que quero dizer? Quando nossos irmãos indígenas, por exemplo, propõem – e creio que o avô Aníbal também está nisso – a disputa com os colonizadores, com o colonialismo atual, eles o disputaram em termos – com todo o respeito o digo – de substituição do poder. E isso é terrível para nossos povos porque neste sistema os próprios colonizadores estariam definindo nossa agenda, nos obrigando a respondê-los (não nos obrigam, mas assim mais ou menos os vejo, mas não a todos, mas vejo meus irmãos disputando o poder e o sistema).

Isso é terrível porque o *Suma Qamaña*, o Viver Bem – e não o Bem Viver – não está pensado para ser uma substituição, pelo menos não na nossa proposta de feministas comunitárias. O que nós pensamos é uma revolução, um voltar às origens quando não existia Estado, nem poderes porque haviam outras formas de organização. Nesse sentido é muito importante a contribuição de outro conceito que desenvolvemos, o do entroncamento patriarcal. Eu o estou mostrando no livro que será lançado em 2020, tomara que possamos traduzi-lo para o português... Então, esse é outro conceito importante porque antes de 1492 ou 1500, não vamos dizer que em nossos territórios não existiam relações de poder. Sim, havia relações de poder, não como as coloniais, não no mesmo cunho, tampouco eram relações de poder subdesenvolvidas ou atrasadas, eram em outros formatos porque havia um paralelismo – que é outro conceito muito importante do pensamento e proposta descolonizadora no Feminismo Comunitário: a contemporaneidade e o paralelismo de tempos, isto é, este é o tempo da Europa, este é o tempo de Abya Yala, não se encontram antes de 1500... Assim que as relações que existiam antes de 1500 ou 1400, não tem nada a ver com a Europa, são de nosso próprio cunho, nossas próprias sujeiras, podemos dizer. E isso é muito importante para o diálogo com nossos irmãos indígenas que às vezes querem e pretendem substituir o colonizador, o poderoso no manejo do poder e assim se equivocam.



Julieta Paredes

Por isso, nós falamos de comunidade e da comunidade de comunidades, nós não nos definimos antipatriarcais, nem anticapitalistas, nem anticoloniais. Por quê? Assim estaríamos reforçando o colonial, o patriarcal. Não... Nós temos que buscar nos definir com base na nossa proposta e não com base no que lutamos contra e queremos destruir. Para que vamos reedificá-los? O que necessitamos é pensar melhor sobre o que é nosso. É a partir do coração que devemos falar. Por que lutamos? Pela comunidade. O que queremos? Uma comunidade de comunidades.

Nesse caminho também existem irmãs que entram dentro dessa lógica. Eu não digo que as feministas comunitárias são um copo de leite. Não, existem problemas e há também plágios que nos fazem, mas bem, estaremos falando disso em outro momento. Principalmente o que nós estamos pensando, o que falamos, o que falamos nas comunidades com as irmãs tem a ver com esse giro. Neste momento dos fascismos, a esquerda com suas conceituações é eurocêntrica, não por isso está totalmente equivocada, mas a análise válida do capitalismo que fazem para a Europa é para a Europa. Então, a esquerda latino-americana pouco contribuiu nas análises próprias destes territórios onde necessariamente deveriam estar com os povos originários, que foram controlados, alguns devorados, outros exterminados pelo próprio capitalismo. Para a esquerda latino-americana nós, índios, não existimos: somos uma relíquia do passado em que, no máximo, deve ser mantida junto de macaquinhos e passarinhos. Assim nos veem a esquerda e a direita. Não nos registram como algo valioso, não nos buscam como vão buscar os acadêmicos da esquerda. Agora mesmo penso em Boaventura de Sousa Santos, por exemplo, que não é brasileiro, mas “fala português”. Ele é muito famoso, então vão correndo saber o que ele diz, ou... É o que eu sei sobre os esquerdistas e não quero agora brigar com nenhum. Mas não leem nada dos índios, não escutam nada de nós, menos ainda das mulheres indígenas. A esquerda latino-americana se adia, faz gol contra – usando a linguagem do futebol – porque joga para a equipe adversária, digamos, de ter uma fonte de criatividade, de memória, de identidade. Agora, sobretudo agora mesmo, observem: Colômbia, Equador, Chile, Bolívia. Somos nós que nos movimentamos, índios e índias.

E os conceitos que estamos pensando com esperança no mundo vêm de nós. Sim, há esperança para nossa Pachamama, Ñanderú, Niamissu e Mãe Terra. Como dizem também: de onde vêm esses conceitos? Dos povos originários. Então, creio que a esquerda latino-americana precisa deixar de ser tão soberba por um lado e, por outro lado, irmãs, e por isso lhes agradeço, é importante que as academias e que nossas irmãs mulheres também possam servir de ponte – e homens também! – para os povos originários, especialmente também para nós, mulheres dos povos originários, nas propostas que nós estamos levando conosco. E nós, como Feminismo Comunitário, temos muitas propostas, conceituações e criatividade que não nascem somente de nós, mas que nascem da luta e do diálogo. Nós somos um movimento plurinacional ou podemos chamar de “pluripovos”, de muitos povos. Estamos no México, em Wallmapu, no Chile, em todos os territórios temos organizações do movimento. Então são pequenos grupos e organizações. Não somos um montão de feministas comunitárias que estamos lá com esses povos e suas lutas, estamos contribuindo com conceitos, reflexões à luta de nossas irmãs e irmãos. E são os homens e mulheres da direita os que mais leem o que produzimos, e, às vezes, nossos irmãos nem nos dão importância, por isso é tão lindo que vocês nos tenham aberto este espaço.

A raça é uma invenção, por isso é importante também o conceito que nós temos resgatado. Para nós, feministas comunitárias, o branco, a branca não é o homem ou a mulher com a pele clara. Uma coisa é ser branco e outra coisa é ter a pele clara, porque eu tenho a pele escura. Com pele clara é como pintou a Pachamama algumas irmãs e irmãos. Com pele escura foi como pintou Pachamama algumas irmãs e irmãos, assim como as flores, os animaizinhos



também. Ou seja, entre as flores, a margarida não diz para a violeta: “você é feia porque é escura”. Não, elas não brigam, são diversas, diversas cores... Quem é a branca? Quem é o branco? A branca e o branco são as pessoas que fazem da claridade da sua pele, do seu sobrenome, da sua formação profissional, do dinheiro que tem, um privilégio para oprimir outros seres humanos, assim como a mãe e irmã natureza. Ser branca é uma decisão política, que nasce da claridade da sua pele, do seu sobrenome, da sua formação profissional ou acadêmica. Seus atos se respaldam no poder e privilégios.

Então como vamos desconstruir o conceito de raça formado pelo colonialismo, que além de nos distanciar também é injusto, por exemplo, com irmãs empobrecidas e brancas, irmãos e irmãs brancos na Europa – que lhes fazem crer que são brancos, mas em sendo pobres, não têm as mesmas oportunidades que a gente burguesa, por exemplo, na Itália e na Alemanha; mas sua pele é clara, mas eles e elas têm a pele branca e lhes fazem acreditar que são os migrantes – os africanos, os latino-americanos, os filipinos e as filipinas – que lhes estão tirando o trabalho, certo? Por isso, é importante que registremos esse pensamento do Feminismo Comunitário: a diferença entre pele clara e pessoa branca, ou branco, é uma decisão e posição política.

Outro conceito-chave do giro decolonial é o da “geopolítica do conhecimento”. Uma das coisas, inclusive, que queremos fazer é traduzir teu artigo,³ não somente publicar esta entrevista, para que os/as leitores/as no Brasil, que falam português, possam ler. Então a pergunta é um pouco pensar em que idiomas você escreve, se o aimará está incluso ou não. Se o inglês é importante para você ou para o Feminismo Comunitário. Como é o tema do idioma para você e pro Feminismo Comunitário em geral?

O idioma é um som também, mas, principalmente, uma forma de pensar e conceituar o mundo. E isso é muito importante, uma vez que existiu a colonização. Eu não falo fluentemente o aimará, o entendo e apenas posso pouco me expressar. Por isso, eu tenho que ficar quieta nas comunidades: porque posso falar e podem rir – e rirem! –, mas, às vezes, também me arrisco. O importante do idioma é esse processo de conceituação que, como indígenas, fazemos. Por isso é que não basta seu sobrenome ou a cor da sua pele porque você pode ser uma branca ou um branco, com um pensamento fundamentalmente eurocêntrico, ainda que esteja falando em aimará ou guarani, por exemplo.

Foram feitas traduções da Bíblia, agora mesmo que temos uma ditadura de cristãos que falam e leem a Bíblia de forma conservadora e colonialista para dominar o nosso povo. Então, o que eu faço? Acredito que cultivo o pensamento indígena aimará e vou ao encontro do pensamento e das conceituações, vou aprendendo com os distintos povos quando me convidam – porque me convidam muito as comunidades, aldeias, *ayllus*. Então, eu vou aprendendo o pensamento dos povos originários. Nesse sentido, creio que é necessário diferenciar o pensamento decolonial do pensamento descolonial ou descolonização. E essa é uma batalha que temos travado nestes quatorze anos. Creio que eles nos estão escutando porque nos estão corrigindo, eles estão crescendo, mas espero que, de verdade, tenham compreendido a mensagem, mas bem, já colocaram a letra “s”.

Qual é a diferença? O pensamento decolonial nasce na academia estadunidense, a decolonialidade, os estudos *decoloniality*, nascem lá para tratar de entender os índios, para etiquetá-los. Essa é a pretensão que se tem alguns espaços acadêmicos e de investigação: etiquetar, entender e explicar ao mundo branco quem são esses que ainda seguem sendo chamados

³ O artigo “Descolonizar las Luchas: la propuesta del Feminismo Comunitario” foi traduzido do espanhol para o português e consta neste número da *Epistemologias do Sul* (Nota dos Editores).



Julietta Paredes

de indígenas, que seguem falando seus idiomas, com distintos fins, como citações, civilizar-nos, deixar que sejamos selvagens para nos incorporar à modernidade, para nos branquear, etc. Então, essa pretensão que teve a academia, os estudos de *decoloniality* na Bolívia são respondidos e se contrapõem, principalmente, nestes quatorze anos, mas inicialmente a partir de 2001, com a descolonização, como uma ação nossa, como povo, que a *decoloniality* nos interessa como um pepino se não começamos a atuar com propostas descolonizadoras. Por exemplo, a descolonização do tempo, ainda que lhes pareça motivo de risada, mas se pensou que o relógio, na praça central da Bolívia, ao invés de andar em sentido horário, o sentido do relógio, poderia marcar o tempo em outro sentido. Sim, pode ser muito simples, o que queiram dizer, mas lá já temos começado a pensar que nosso tempo não é o tempo da Europa e isso nos levou a pensar o que lhes disse agora a pouco, a reconceitualização da contemporaneidade, o tempo linear da Europa e pensar um paralelismo dos tempos, o que é fundamental para a descolonização.

Então, nós viemos da ação descolonizadora que logo conceituamos na proposta do tempo, em propostas de reconceitualização da contemporaneidade, em um questionamento do tempo linear da Europa. Por exemplo, como explicamos, a linearidade do tempo nas aldeias e embora eu não fale português eu falo com meus lenços. Não sei se vocês viram alguns vídeos o que eu faço com uns lencinhos, faço um lencinho da Europa, outro de Abya Yala e depois os reduzo e os ponho... tudo isso que faço é uma metodologia linda para explicar às minhas irmãs e irmãos o que é este conceito de descolonização do tempo, coisas que os estudos *decoloniality* ou da decolonialidade não pensaram. Eles não queriam explicar nada para os índios, queriam explicar quem são os índios para a academia.

O que acontece no Brasil, irmãs? A meu ver duas questões: eu sou andina e meu pensamento é dos povos originários, principalmente dos Andes, embora os aimarás não se esgotem nos Andes, mas vêm dessa raiz, desse tronco de vida e de Pachamama. Somos diferentes da Amazônia, não é a mesma coisa... E o que são estes territórios dos Andes, nós, como povos originários, temos nos confrontado com a construção do Estado no nosso território, com os incas no nosso território. Também no México. Na Amazônia isso não acontece, não há um Estado e isso não os faz inferiores aos povos andinos, os faz diferentes, todavia... Nós, andinos, nos confrontamos e temos em nosso pensamento nos confrontamos com o Estado de poder ou poder estatal, temos que nos confrontar. Nossas irmãs e irmãos dos povos amazônicos não têm construído um Estado e não querem tampouco fazê-lo, tendo outra maneira de se relacionarem. Bem, isso já estamos construindo com nossas irmãs de Pindorama. Há uma grande esperança também. Nós, como feministas comunitárias, tampouco queremos construir um Estado e não somos anarquista – éramos! –, somos comunitárias. Então é uma proposta diferente, mas para chegar a isso é ainda necessário caminhar.

Na Amazônia estamos com os povos, mas o outro ponto são as interpretações folclóricas e exóticas dos povos originários. Esse é o reducionismo que faz a esquerda. Por outro lado, existe a forte organização do povo afro, do povo negro, e isso é muito lindo e importante. Surgem de povos que foram obrigados a vir escravizados, que tudo o que fazem é se revalorizar e levantar suas próprias reivindicações. Eu falo com muito cuidado porque precisamos nos rearticular como povos, mas creio que no mundo dos movimentos estão, por um lado, o movimento sindical do Brasil, do pouco que pude ver e falo com respeito, e posso estar equivocada, o fazem pelo lado da esquerda e do trabalho. E, por outro lado, o movimento negro. E não existe mais nada para os movimentos sociais... Os movimentos indígenas são um enfeite para esses movimentos... E o máximo que acontece, chegam a isso, às vezes, nossos irmãos negros, negras, afros é nos dizer: “mas vocês também são negros”. Mas nós não somos negros, nem somos afros, nós somos deste território, dessa memória ancestral, somos desta Pachamama e de Ñanderú, nós



não somos negros. E voltaremos à memória e diremos, irmãs e irmãos, quando vocês estavam sendo perseguidos, fugindo e escapando: quem lhes mostrou os caminhos para construir os quilombos? Quem? Nossos avôs e avós, que não lhes denunciaram, que também lhes protegeram.

É importante entender essa memória histórica, nós não somos negros ou a caminho de ser, tampouco somos indígenas que caminham para serem brancos. Não somos isso, somos povos originários. Então, aí está um pouco da desvantagem que tem o Brasil. Há muitos irmãos que estão escrevendo a partir da força de Ailton Krenak durante a Constituinte, até todas as irmãs e os irmãos de agora... e lá está a irmã Sônia Guajajara que foi candidata à vice-presidência, e não somente ela, há muitas, vocês as conhecem melhor que eu, irmãs. Vocês estão no Brasil e conhecem. Eu já no ano passado havia pensado com minhas irmãs, também: quero ir viver numa aldeia no Brasil porque quero aprender e escutar. Eu já lhes havia mencionado só que agora, com o golpe de Estado que tivemos, isso está me atrasando, porque aqui também há que lutar pois temos que recuperar... Mas meu pensamento para aprender, seguir contribuindo, é estar com os povos amazônicos do Brasil, aprendendo de tudo. Então, essa é a minha intenção, ir com as irmãs e irmãos. Para quê? Para que possamos reconstituir e recuperar a energia, a força do pensamento de todo este continente.

Depois, temos que ir ao Norte, ali estão as irmãs trabalhando no México com o Feminismo Comunitário. É um pouco mais difícil aprender inglês, não sei se a vida me dará isso, outras irmãs falam, mas temos que recuperar toda a força deste território e deste continente negado que foi objeto da colonização a partir dos ingleses, franceses, todos estes, até os espanhóis e portugueses, nesta parte do Sul.

Por fim, como podemos contribuir nas universidades? É preciso sair. A organização social nos fez bem, ser e fazer organização social para nomear essas práticas, conceituá-las e começar a disputar o mundo das ideias e teorias, irmãs... Somos parte dos movimentos, então fica o convite para fazer movimento, não importa se são duas, três... Não importa. É preciso se organizar. E a organização de um movimento social rompe com nosso individualismo, tanto acadêmico como capitalista. E inicia uma ética, uma mística da mobilização e de ser parte de algo, e não só ficar nesse movimento. Nas universidades está a força do movimento estudantil. Quando era estudante se mobilizava, se saía à rua para protestar, pressionar. Sai da universidade e não sabe aonde ir, nem sequer faz parte do sindicato dos professores. Então, essa proposta de organização social que é o Feminismo Comunitário nos permite brigar, disputar também os machismos de nossos irmãos sindicalistas, irmãos indígenas, afros, negros, intelectuais etc.

Você vem com frequência ao Brasil? Participa de encontros, seminários e congressos? E o idioma, é um problema? Ou seja, quando você vem, fala em espanhol e os e as demais falam em português? Vocês se comunicam bem entre si?

Sim, já faz algum tempo... Três anos que vou ao Brasil e no ano passado muito mais, a maior parte do tempo eu passei aí, no Brasil, com as irmãs. Eu estive nos encontros das mulheres indígenas, na Primeira Marcha das Mulheres Indígenas... Então sim, faz parte. Falo em castelhano e, como falo devagarinho – nós bolivianos falamos assim –, me compreendem. Mas, sobretudo, é a energia, é como o amor... Quando você está apaixonada por alguém e quer expressar o que sente... Às vezes a palavra amor é reduzida: “te amo” – tão pequenino, não? Não expressa o que se está sentindo, nem desejando ou querendo. Quando você quer explicar a alguém seus sentimentos, o que é importante pra você, há uma energia e inventam-se coisas: dança, canta, salta, não sei... A criatividade, a energia, mas sempre pedindo a Pachamama,



Ñanderú e Niamissu que acompanhe a palavra porque não é só você. Quando falamos, não sou só eu, há muitas ancestrais que me acompanham. E não é magia, nem religião, nem nada: é energia, é saber de onde está vindo. Então eu não falo sozinha, peço permissão e me torno responsável, me preparo, estudo, leio, escuto sobre tudo para poder falar. Então me entendem, as pessoas me entendem...

Fala-se cada vez mais de feminismo na América Latina e no Caribe, especialmente nas redes sociais virtuais. Todavia, muitas vezes, prevalece uma perspectiva liberal, na lógica do multiculturalismo. Alguns movimentos feministas de cunho liberal, por vezes, dominam a produção das universidades. É possível pensar na decolonização dessas produções feministas? E como o Feminismo Comunitário está nesse processo? Como você vê as produções feministas nas universidades, como na Bolívia, por exemplo? E é possível descolonizar os feminismos?

O feminismo é burguês e eurocêntrico, foi criado pela burguesia, por mulheres burguesas para afirmar seus corpos em um processo de consolidação e irrupção da burguesia de 1789 e da Revolução Francesa. Então isso é feminismo. E elas mesmo se definem assim. Vimos como as feministas se defendem e se definem como “filhas da modernidade”, filhas da Revolução Francesa e também como um modelo de luta no mundo. Esse é outro elemento importante, graças à colonização de nossos territórios. Com o triunfo do capitalismo no mundo e muito mais com o avanço do neoliberalismo, o feminismo se constituiu um modelo da luta das mulheres europeias pelo mundo, com seus conceitos e suas formas de organização.

Nós, neste plano, neste caminho, por que nos chamamos feministas? Realmente não queríamos nos chamar feministas. Eu já era feminista, mas, em 2001 e 2003, o questionamento fundamental de nossas irmãs aqui, na Bolívia, naquele processo revolucionário, foi: por que vocês se chamam feministas se isso é eurocêntrico e colonizador? Então, dissemos a elas: “Vamos ver, irmãs... Que tal nos chamarmos *Qamasa Warmi Nanaka*” – a força das mulheres – que está no idioma aimará?”. “Ah, isso pode ser bom, é lindo”. Mas existem povos guarani, do Chaco, quéchua, eles podem nos entender um pouco mais, existem povos mosetenses, existem trinta e seis idiomas na Bolívia: eles nos entenderão quando dissermos “somos *Qamasa Warmi Nanaka*”? Quando deixamos nosso país, alguém vai nos entender quando dissermos: “Bem, camaradas, aqui estamos *Qamasa Warmi Nanaka*?” “Ah, que legal, você trouxe ‘artesanato’? Você vai dançar e cantar?”. “Ah, as bolivianinhas chegaram”. Então corremos o risco de ser folclorizadas com esse nome.

Eu poderia falar sobre nossa identidade, nossa luta, a força das mulheres, mas o importante e para esse propósito nos serve o estudo, a leitura, o manejo da informação: é para isso que serve a Academia. Nós, filhas e filhos dos povos originários que pisaram na universidade, temos o dever de proteger e posicionar nossos povos nativos em um mundo colonizado, globalizado, em um mundo com significados, com conteúdos de idiomas, interpretações e teorias que procuram nos anular e, na melhor das hipóteses, que nos reinventam, negando que nós somos produtoras e produtores de conhecimento como povo. Digo na melhor das hipóteses, que nos reinventam para nos esconder. Nós, filhas e filhos dos povos originários, temos o dever de posicionar nosso pensamento, nossa identidade em um mundo que busca padronizar, anular e embranquecer. Então, dissemos: “Qual é a estratégia que escolhemos?” A estratégia que propus às minhas irmãs é a estratégia de recriar o conceito de feminismo. Para nós, isto é, para o feminismo comunitário, o feminismo é a luta de qualquer mulher em qualquer parte do mundo, em qualquer momento da história. Nossas avós e nós também nos podemos chamar femi-



nistas porque se trata da luta de qualquer mulher, em qualquer tempo da história, que propõe luta contra um patriarcado que a oprime ou pretende oprimi-la. Assim, definimos feminismo.

Era preciso redefinir patriarcado e assim nos colocamos a buscar o que é patriarcado para as feministas. As feministas latino-americanas, volto a repetir, não produziram seu conceito de patriarcado, só repetiram os conceitos do feminismo europeu. As feministas dizem que o patriarcado é a relação de opressão dos homens contra às mulheres, seja de homem para mulher, pessoal, ou como um sistema de homens que oprime as mulheres. Para nós, o patriarcado é o sistema de todas as opressões, discriminações e violências que a humanidade vive; pela humanidade entendemos homens, mulheres e pessoas intersexuais. Estamos falando de corpo e não de gênero, ou seja: patriarcado, para nós, é o sistema de todas as opressões e violências que a humanidade e a natureza experimentam, mas esse sistema foi construído historicamente sobre os corpos das mulheres. Essa conceituação primeiro nos afasta do reducionismo que feministas de direita, neoliberais ou liberais, e outras feministas da esquerda também fazem. Essas feministas confundem machismo com patriarcado e isso as leva a lutar contra alguns homens e contra os homens “machistas”, acreditando que estão lutando contra o patriarcado. Se você se der conta, nós lutamos contra o machismo em nossas comunidades, isto é, contra homens e mulheres machistas. A diferença entre os dois é que as mulheres não se beneficiam do machismo das mulheres, ainda que elas também sejam machistas. Lutamos contra o machismo em nossas famílias, relacionamentos, comunidades, mas, como mulheres, temos que incorporar a especificidade das lutas de nossas mulheres contra um sistema de todas as opressões, que é o patriarcado, que também oprime os homens, as pessoas intersexuais e a natureza, mãe e irmã.

Em seguida, da leitura que fazemos, posicionamos as mulheres com uma proposta revolucionária, capaz de discutir e responder os erros que a esquerda comete, reduzindo o sistema apenas ao sistema capitalista e lutando apenas com a classe. Isso nos permite discutir, convocar e chamar nossos irmãos indígenas que falam do sistema apenas como colonial, e dizemos a eles que o sistema não é apenas a invasão colonial, que eles também nos oprimem e oprimem a natureza, mãe e irmã. Por exemplo, quando você se torna cúmplice da manipulação da natureza, não como mãe, mas como recurso natural, e o uso da natureza exclusivamente como reforma agrária. Assim, se abre uma multiplicidade e discutimos com as irmãs feministas...

Neste momento o feminismo está na “moda” e há um feminismo de direita, racista, “ON-Gueiro”. O Feminismo Comunitário está sendo combatido, difamado, caluniado por feministas de direita, de esquerda e por algumas mulheres indígenas também feministas, algumas mulheres que plágiam nosso pensamento para despolitiza-lo para agradar seu próprio ego. Quem dera fosse para construir, mas não, é somente para elas. E aí se rompe o que eu falei há pouco. O feminismo comunitário é, principalmente, organização. Não é a Julieta, eu o conceituei, mas por uma designação da Pachamama. Mas, no Brasil, por exemplo, há a irmã Tamikuã Txihí e ela tem seus próprios pensamentos. É uma jovem irmã indígena Guarani Pataxó e está conhecendo o feminismo comunitário e produzindo suas próprias coisas. No México, há a irmã Erika, do Distrito Federal, e as irmãs de Guerrero, de Oaxaca, que estão realizando suas próprias produções – elas já têm materiais também. As irmãs Wallmapu, Carolina Pinilla, no Chile, estão produzindo lá. Em breve também vamos para a Colômbia.

Isso é legal porque entre nós, o que é produzido com as irmãs Wallmapu, Mapuches, nos alimenta, nutre as colombianas, que alimentam as mexicanas, que alimentam o Brasil, o que é muito bom. Mas existem algumas feministas que falam agora: “Sou feminista comunitária” e, para quê, para o próprio ego. Enviamos algumas de nós a todas e dissemos: “irmãs, como é bom se chamar feminista comunitária, mas o feminismo comunitário é um movimento, é or-



Julietta Paredes

gânico. Como podem ser baseadas na comunidade, entendendo os conceitos e organizando seu pequeno grupo à parte? Respeite essa memória, aqui é organização”. Não. Quem contribui para isso, quem as torna visíveis, as convida, certo? Não convida a Carolina, não convida a Julietta, aqui está outra feminista comunitária, a feminista comunitária aceitável, passiva e potável, certo? É assim que as próprias feministas estão lutando contra nós, irmãs. Isso é lamentável. Então, houve momentos em que, nesse caminho, dissemos: “Será que precisamos continuar nos chamando de feministas?” Nós nos chamamos comunitárias, feministas comunitárias.

Decidimos nos chamar de feministas justamente pelo que vocês disseram, a disputa com o pensamento eurocêntrico. Só elas são lutadoras e inteligentes? Nós não somos burguesas, nem queremos uma sociedade burguesa. Somos de outro tipo, mas como esse palavra prevaleceu, já que existe um mundo colonizado e globalizado, usaremos sua palavra para resignificá-la e devolvê-la. Um “você é feminista?”, por exemplo, para uma francesa ou alemã que responde “sim, eu sou feminista”. “Ah, eu também. Que tipo de feminista você é? Pelo que você está lutando?” “Ah, eu luto pelas mulheres, pela igualdade política das mulheres”. “Ah, interessante, também lutamos por isso, mas também lutamos contra o capitalismo, lutamos para que as mulheres possam transitar por todos os territórios em busca de suas vidas”. Por exemplo, se você diz migrar, qual é a posição das feministas alemãs, espanholas e italianas em relação à migração de mulheres africanas, homens africanos, meninas e meninos africanos? Qual é a posição que organizaram? “Ah, para nós, isso não é feminismo”. “Ah, para nós, é sim”.

Então aqui vem o que vocês disseram: a disputa de um feminismo baseado na mesma palavra. Mas, se nos chamássemos de *Qamasa Warmi Nanaka*, eles nos diriam: “ah, sim, aquelas indiazinhas que têm esse pensamento”. Mas como também ousamos nos chamar de feministas, estamos lá. Por outro lado, encontramos as manipulações e ataques que estão sendo feitos na América Latina, em Abya Yala, em Pindorama, do feminismo por ONGs e também por partidos, e o discurso político das mulheres, por exemplo, no caso da Bolívia, a atual ditadora é uma mulher. Para apresentar sua candidatura, disse que não seria candidata mas agora será candidata à presidência, fala sobre igualdade de gênero, igualdade de oportunidades. Em outras palavras, todo o nosso discurso, ou o discurso do feminismo, está sendo proposto a partir da direita, cristã, colonizadora e branca.

Feministas autônomas contribuíram para esse discurso, se chamam feministas anarquistas, feministas de ONG que, por seu racismo, se opuseram aos indígenas e a todas as pessoas que apoiavam o governo e o Estado Plurinacional. Agora, quando olham para o monstro que criaram elas não sabem o que fazer, e começam a patinar no cenário... “Não, não, não, mas somos feministas, não, mas isso não é ...”, então o que fazemos? E aí é importante, eu pergunto a vocês, espero que vocês também queiram ser orgânicas no feminismo comunitário, de onde vocês estão. Mas se você não quiser, também peço que comece a responder a esses discursos, a essas metodologias, porque precisamos fazê-lo. Por isso temos estudado: desconstruir se chama repensar. Então é por isso que temos pisado nas universidades: como desconstruímos esses discursos, como respondemos, como argumentamos em contrário? Que palavras usamos em português, em castelhano? Bem, eu não falo inglês, mas quem fala inglês também, mas, fundamentalmente, esses dois idiomas na América Latina. Como fazemos isso, irmãs? Como?

Existe uma tarefa para todos nós, o discurso das práticas, mas como as relacionamos? Neste momento, há um discurso desconexo da realidade, é o mesmo que na economia capitalista, o banco, ou seja, o capital financeiro que quebra a unidade, com a materialidade da produção. Não sei se me explico: enquanto a fábrica, a produção, todos produzem produtos que podem ser tocados, o banco não produz nada, mas ganha e é toda uma especulação, sen-



do ele o que ganha mais – mais do que os capitalistas produtores, por exemplo. Esse mesmo fenômeno está ocorrendo nos discursos, na realidade: a materialidade do discurso se soltou e você é enganado pelas redes, pela mídia. Então, como trabalhamos? É por isso que temos que trabalhar muito com nossas irmãs, com nossos irmãos em movimentos sociais, por isso somos uma organização social e orgânica.

Estamos aí, estudamos e damos aula, fazemos oficinas, e, novamente estamos com os movimentos, porque somos um movimento social para nutrir, falar e aprender. Como desconstruímos, como inventamos didática, dinâmica, canções, poesia, não sei, milhares de coisas para proteger, aprender, posicionar nossos povos e proteger-nos também dentro deles.

Nos últimos cinco anos, três movimentos apresentaram uma nova perspectiva ao feminismo latino-americano (especialmente na América do Sul): primeiro o *Ni Una Menos* que em 2015 denunciou a violência contra as mulheres, especialmente na Argentina, Chile e Uruguai. Depois, em 2018, na *Ola Verde* da Argentina as mulheres reivindicaram o direito ao aborto legal, seguro e gratuito, recordando as milhares de mulheres que morrem de aborto clandestino na América Latina. Por fim, em 2019, no Chile, uma manifestação feminista apontou o Estado como o maior violador dos corpos das mulheres. Como o Feminismo Comunitário dialoga com estas organizações e coletivos? E como o Feminismo Comunitário se posiciona frente a questões como a maternidade voluntária, o matrimônio igualitário e os direitos das pessoas transexuais?

Primeiro, a *Ola Verde*, as performances, o *Ni Una Menos*... É lindo ver que nós, mulheres, nos mobilizamos, inundamos e movimentamos as ruas. O que nós discutimos, falamos... Temos uma assembleia anual de todos os movimentos, na qual nos conhecemos. No ano passado, 2019, não conseguimos realizá-la por razões econômicas, mas este ano vamos fazer. Em 2018, fizemos no Brasil, em São Paulo... Qual a nossa opinião? É tudo lindo! Celebramos que nos movamos! Mas sentimos que é necessária uma proposta, uma conceituação do que está sendo combatido e sua relação com o sistema. Não basta apontar o dedo para os machistas, estupradores e para o Estado. Em um momento específico é bom realizar esses atos, mas, se você perceber, a *Ola Verde*, por exemplo, acabou. O *Ni Una Menos* continua na luta contra os feminicídios, em face da violência, mas o *Ni Una Menos*, como movimento que se mobilizou nas ruas, foi substituído pela *Ola Verde*, a luta pelo aborto e agora foi substituído por uma performance artística, em que emergiram artistas, sem realizar uma conceituação do sistema que está sendo combatido.

Em termos políticos, podemos dizer que o *Ni Una Menos* e a *Ola Verde*, na Argentina, são paralelos à irrupção e à denúncia feita por movimentos sociais em que estavam muitas mulheres – aliás, uma maioria de mulheres – denunciando o governo Macri. O *Ni Una Menos* aparece na CNN, mas as marchas não. Por exemplo, homens e mulheres, desempregados, aposentadas, aposentados, professoras e professoras, essas marchas não aparecem... Ou seja, não é ruim, mas observe como são um aviso da invisibilidade dessas pautas na comunicação da mídia, e também do imaginário que é criado nas ruas para as mulheres: a luta do *Ni Una Menos* é contra a violência masculina e não relacionada à violência econômica masculina, ou contra a violência econômica patriarcal econômica e racista masculina – não há esse discurso. A *Ola Verde* é, também.

Nós, como povos indígenas, não concordamos com a legalização do aborto. Por qual motivo? Porque lutamos pelo direito de decidir, pela liberdade de nossas decisões, por isso é muito importante apoiar algumas mulheres na legitimidade de suas decisões, se elas querem ser mães ou não querem ser mães. Mas de forma alguma vamos dar esse direito ao Estado, o mesmo Estado que nega nossos corpos. Ele não precisa interferir nas decisões privadas, pessoais



ou comunitárias que tomamos, não precisa interferir como Estado. A legalização do aborto é dar esse poder ao Estado, é o mesmo que dizer: “ah, antes você penalizava as nossas decisões, agora as legaliza, certo”? Nós queremos a descriminalização do aborto para que nenhuma mulher seja perseguida pelo direito de decidir, mas nós, em nossas comunidades, principalmente, vamos trabalhar para que as decisões das mulheres sejam decisões responsáveis. Já existem os preservativos, o dizer “não” ou “assim não quero”, então nós, em nossas comunidades, vamos trabalhar por isso, mas de nenhuma maneira vamos permitir que o Estado venha dizer: “aqui há um protocolo para realizar o aborto” – porque isso é a legalização, e os sistemas de saúde em todo o mundo elaboram um protocolo para atender as mulheres na legalidade do aborto. Ou seja, nós queremos que as decisões sejam respeitadas por nós mesmas, pelas mulheres, mas as decisões também precisam ser responsáveis. Por exemplo: não se pode usar a legalidade do aborto para a prevenção de gravidez... Isso produz mais machismos porque os homens não se fazem responsáveis de las *wawitas*, tampouco por sua sexualidade. Então, a sexualidade tem que ser comunitária, ou seja, os irmãos em nossas comunidades tem que saber sua responsabilidade na relação sexual. Para nós é difícil, não querem usar a camisinha, mas é um trabalho político e descolonizador. Não podemos começar a usar a violência do aborto, porque o aborto é violento com as mulheres. Não é o mesmo que arrancar um dente. Uma sexualidade responsável com nossos corpos, uma sexualidade em comunidade. Não julgamos nenhuma mulher por ter realizado um aborto, não julgamos ninguém, porque isso é sagrado, é a decisão das mulheres. Tampouco estamos de acordo que uma menina ou mulher estuprada deva parir porque sua religião pensa assim ou porque não pode fazer um aborto. O estupro não é relação e não está dialogando com a responsabilidade de relações livres. Sim, as meninas e as mulheres têm todo o direito. Isso nós pensamos dentro da nossa reflexão, temos livros escritos sobre sexualidade para homens mulheres trabalharem, e é necessário produzir mais material.

O casamento igualitário... A princípio gostaria de contribuir com outro pensamento sobre o gênero no feminismo euro-ocidental, que confunde corpo com gênero. Isso é um equívoco conceitual, político e teórico muito grande que tem a ver com o colonialismo feminista, as concepções *queer*, dos corpos e da sexualidade pós-moderna. O que eles trazem é uma pretensão, já o fizeram com o neoliberalismo, mas toda a pós-modernidade o que faz é diluir os conceitos de identidade para nos atacar. Por exemplo, o conceito de classe. Após a queda do muro de Berlim, a pós-modernidade trabalha muito a análise de Foucault que tudo é poder, nada é poder, sim, tudo é poder... As microfísicas do poder, ele pensa o mesmo plano de importância para a vida pessoal, as relações de poder no sexo com as relações de poder de classe e desconstrói, então, o conceito de poder político estatal e a identidade de classe, porque diz: “não, pois aqui há relações de poder, o trabalhador é tão opressor quanto outro trabalhador” e o começa a diluir. Da mesma maneira, o *queerismo*, de Judith Butler e todas elas, esse pensamento apreciado na Espanha, contribui para esse pensamento diluente, a-politizador e despolitizador dos conceitos que as lutas dos povos estão criando para se defender. Sim, há relações de poder na família, entre homens e mulheres também, entre mulher e mulher, mas não é o mesmo poder e opressão exercidos por um regime autoritário como é o da Bolívia, ou como poderia ser, ou é, o de Trump, ou o de Bolsonaro no Brasil. “Ah, mas o Lula também era autoritário”, mas não é a mesma coisa. “Sim, mas os do PT também”, mas não é o mesmo que os fascistas – tudo é problema de poder.

Então lá está o conceito de gênero. E nós dizemos: “gênero são as prisões dos corpos”. a materialidade, somos mulheres, homens e pessoas intersexuais, esses são os corpos, o significado, a interpretação, o significado social, político, as prisões, as imposições, os papéis, isso é social, construído, não pode pois substituir o corpo. E agora, note como mulher e feminino querem dizer o mesmo, então resulta que há... Uma coisa é ser transgênero, mas há irmãos que dizem



que são mulheres e transgêneros. Não sei se estou me fazendo entender, irmãs. Uma coisa é ser transgênero feminina e outra coisa é dizer quem são mulheres... Além disso, nos dizem: “você são as mulheres cis e nós somos as mulheres trans”. Surge outra disputa na linguagem. Então, para onde vamos fugir agora? Mulher em aimará se diz *warmi*, ao menos eu tenho o meu idioma para dizer que sou *warmi*. Mas agora, em castelhano ou em português, como vamos nos chamar? Ou seja, me refiro a vocês e a mim. Como vamos nos chamar? Já ocuparam esse conceito também, essa palavra também de anos que trazemos, minha mãe, minha avó, todas em castelhano diziam que eram mulheres, e agora vem alguém e diz: “eu sou uma mulher trans e você é uma mulher cis”. Para minha mãe e vovó dirão: “você é uma mulher cis”. O quê? E ela também é mulher. O que se vai dizer...

Mas há outras implicações muito mais complicadas para as mulheres... Os orçamentos de saúde, a discussão que estávamos começando a ter aqui na Bolívia. Nos orçamentos de saúde da mulher, se aceitamos que há mulheres trans, o tratamento para câncer intrauterino, diabetes das mulheres, osteoporose, que são as principais doenças das mulheres, terá que ser dividido com a atenção para mudança de sexo, porque é uma necessidade. E as que se chamam “mulheres trans”, “os homens transgênero”, nós dizemos, brigam e nos acusam de transfóbicas, de fundamentalistas e de tudo, porque nós defendemos o orçamento para a saúde das mulheres, porque são corpos de mulheres e enfermidades. Outra coisa. Há 50% das vagas para mulheres na representação política. Então, agora dizem: “há mulheres trans”. Puxa, nós brigamos tanto tempo para ter igualdade na discussão, nas propostas políticas e agora vão ocupar parte dos assentos parlamentares que nós, mulheres, conquistamos na luta. E temos que nos calar? Por quê? Somos fundamentalistas? Não!

Para nós, povos originários, *chacha* é *chacha*, *warmi* é *warmi* e ponto. Existem as pessoas intersexuais e esses corpos os respeitamos porque o controle da sexualidade para um lado e para o outro é um controle que foi feito, fundamentalmente, por gente com dinheiro. Aqui, se nos nasce uma *wawita* intersexual não podemos... mesmo que a família queira não pode operá-la, nem intervir no seu corpo. Além disso, na minha cultura aimará, quando uma *wawita* fenotipicamente, biologicamente, não está definida, se deixa e se celebra. Porque é uma pessoa... Um parêntese: não é comum como nós lhes damos importância em nossa comunidade espiritual, como quando alguém nasce com seis dedos, igual, lhe damos uma tarefa especial, não como discriminação. A raridade, digamos, não se vê como anormalidade, mas como um presente da Pachamama. É como quando colhemos a batata, todas as batatas são do mesmo jeito, mas quando aparece uma batata diferente essa é especial para comer, não é vista como um fenômeno ruim. Então, esse é o respeito ao transgênero.

Que corpos de homens queiram se chamar de modo feminino é seu direito: que se vistam e se chamem como tenham vontade, isso vamos defender. Em nossas comunidades, a homossexualidade existe, irmãos que quando vão dançar, dançam como nós, ou seja, em seus movimentos do corpo, e ninguém lhes diz nada. Usam maquiagem, mas nas tarefas de defender o povo os homens estão com os homens e as mulheres com as mulheres. Agora, nas tarefas cotidianas há irmãos diferentes, ou seja, que são homens que querem acender o fogo, cozinhar... Está bem, ninguém diz nada. E, sim, há alguns irmãos, uns mais, outros menos, que por sua homossexualidade, podem ser vistos com olhar machista pela comunidade, mas no mundo aimará, por exemplo, o travesti feminino participa das danças e das festas dos povos. Não existe o “travesti” ou a “lésbica”.

O matrimônio gay... Nós, nos povos originários, não nos casamos, nós vivemos como povos originários e o casamento é uma criação burguesa. E não falo de agora, irmãs, que estou



Julieta Paredes

valorizando muito a minha cultura. Quando estávamos com *Mujeres Creando* eu dizia: “mas que estupidez brigar pelos direitos burgueses de herança, de casamento, quando o que queremos, como lésbicas feministas, é acabar com o sistema capitalista”. Sim, mas isso é garantido. Entendo que, por exemplo, uma pessoa que migra do Brasil para a Espanha, se apaixona, é homossexual e quer fixar-se na Espanha porque precisa viver... Eu entendo que possa buscar a legalidade e se casar. E por que não? É uma estratégia de sobrevivência... Mas que eu e nós o defendamos no Feminismo Comunitário? Ou eu, como lésbica, defenda o casamento como um objetivo da nossa luta? Isso não. Depois vamos ter que brigar pelo divórcio, pela divisão dos bens. Se viver, está bem.

Agora, é preciso garantir em uma sociedade, até onde sei, a comida para as meninas e meninos, a habitação, mas isso faz parte de outras lutas. E por que tem que ser por casamento? Por outro lado, eu acredito que muitos movimentos políticos de gays e lésbicas foram cooptados pela direita e pelo feminismo liberal, neoliberal, burguês, capitalista, branco, racista. Hoje há agências de turismo, há créditos para habitação em zonas, edifícios, especialmente para casais homossexuais. Quem? Brancos... Ou negros com poder, ou... Não sei, jovens com dinheiro, majoritariamente homens, também as lésbicas. Então isso precisa ser visto, certo?

Como você vê o atual cenário político na Bolívia?

O processo político de mudança aberto pelo povo boliviano, e isso digo, não foi por Evo, mas pelo povo boliviano, teve no irmão Evo Morales um símbolo importante: indígena, cocaleiro, campesino. Foi importante o símbolo mas nós, feministas comunitárias, nunca, por exemplo, fizemos parte do partido e não pretendemos nos inscrever. Sempre mantivemos nossa autonomia orgânica, ainda que tenhamos apoiado o processo de mudança fazendo parte da aliança de mulheres – que é a aliança de todas as organizações de mulheres que participaram desse momento. Nunca desejamos ser parte da estrutura do partido porque este processo político tem no MAS – que seria o partido – uma composição que não é tipicamente de um partido de esquerda, mas uma composição que não é toda de esquerda, mas uma composição de organizações sociais que permanentemente estão brigando internamente para não se converter em um típico partido de esquerda com uma cúpula que dirige e decide tudo. Houve aqueles que dentro do movimento queriam organizar esta cúpula, mas os movimentos sociais sempre fizeram essa disputa e hoje também já houve essa disputa. Não sei se vocês souberam, queríamos outros candidatos, estamos discutindo e é lindo porque estamos com mais força nessa proposta.

O que aconteceu? O que nós temos defendido é o tempo para pensar, nos organizarmos, propor, escrever, refletir, escutar e criar. O governo do irmão Evo Morales teve muitos erros, houve corrupção, autoritarismo, nós nunca dissemos que era o governo que desejávamos, uma maravilha... Não, é um governo e as revoluções nunca se fazem dentro dos governos, sempre se fazem no povo. Então, o que houve foi um golpe contra o governo, mas fundamentalmente é um golpe contra as organizações sociais e ao nosso direito de seguir sonhando, tendo o espaço para continuar a sonhar e propor. O Feminismo Comunitário fez nesse processo tudo o que vocês escutaram que pode mover seu coração, seu corpo, sua vontade de seguir lutando. Isso é lindo, e fizemos em um momento neoliberal, estamos fazendo este processo político de quatorze anos com um governo das organizações sociais e com um índio como presidente, com todos os erros, problemas que existem. E assim como nós temos produzido, assim também a esquerda, o pensamento socialista produziu mil coisas... E tal qual o katarista, o indianista também aprofundou muitas questões. Os únicos que não aprenderam nada foram os da direita, lamentavelmente, porque existia neles um grande ódio racista.



Porque, observem... Fizeram um golpe de Estado com os militares e mataram trinta e oito pessoas com grupos fascistas, incendiando casas e controlando todos os meios de comunicação. Mataram gente e apressaram, então, um golpe fascista que se pretendeu nos anular e nos machucar. Mas o que se passou nestes quatorze anos não tem volta, nós já sabemos o que nós somos e, ainda que seja pouco, que não foi como queríamos. Aprendemos a nos governar, elaborar um orçamento de um ministério, falar com autoridade. Como se come bem, antes não, sabemos que há cinemas, restaurantes, bibliotecas e que podemos entrar sem ter medo. Temos água nas nossas casas. Saímos também bacharéis da escola, nossos *wuawuas* entraram na universidade. Temos gás a baixo custo. Temos tevê a cabo e podemos assistir às notícias internacionais, filmes... E sabemos que podemos comprar roupa nova e não usada a baixo custo. Então essas coisas, irmãs, irmãos, são muito valiosas, já não há volta. Somos gente, recuperamos nossa dignidade, então não vamos deixar que assim, sem mais, passem. Eles pensavam que, nos matando e prendendo, nos assustavam e que nos assustando iríamos escapar como coelhos ou ratos para nossas cavernas. Sim, temos medo, mas seguimos lutando e se estamos em nossas cavernas seguimos nos reunindo, informando as notícias, seguimos lá.

Hoje, pela manhã, chegou o irmão que será candidato... o companheiro Luis Arce Catacora que não é indígena... E o vice é o irmão David Choquehuanca, que é muito lindo e de grande valor. E a direita não acreditou que haveria uma multidão! Não sei de onde estamos saindo, de nossos buracos, e eles estão boquiabertos: milhares nas ruas acompanhando! Acreditavam que teríamos medo, que seríamos poucos e somos milhares. Se as eleições fossem nesse momento ganharíamos no primeiro turno, mas estamos em um regime ditatorial com um grupo de fascistas, com um Tribunal Eleitoral que fará de tudo para uma fraude. Mas temos a convicção do povo, irmãs e irmãos, e vamos seguir lutando e lhes pedimos: nos acompanhem, denunciem nas redes sociais o que estamos passando. O que lhes pedimos é sobre sua luta no Brasil, porque os regimes ditatoriais estão apoiando as ditaduras aqui. Na medida em que vocês deixem que Bolsonaro continue o fascismo no Brasil, deixam que o eurocentrismo, tanto na academia, quanto nas organizações sociais, não dizem nada, vocês não lutam... Não estou dizendo que não é importante, mas se vocês estão só na universidade, só estudando e não estão também nas ruas com os movimentos sociais, vocês fazem um favor à direita. O Chile segue lutando, os irmãos e irmãs todos os dias estão perdendo olhos, sendo presos. Na Bolívia, também estamos lutando. No Peru, também, ainda que não pareça, mas estamos contra o Fujimorismo. Na Colômbia, também seguem, no Equador seguem. Então é também importante, no Brasil, que vocês se organizem. Isso também podemos compartilhar.

Vocês têm meu carinho, milhares de abraços, muita energia, força... É preciso recuperar uma espiritualidade de nossa Pachamama, de nossa terra, cada qual no que pensa, crê, que não seja só um movimento racionalista... Não estamos lutando só com o pensamento e com nosso cérebro, lutamos com nosso coração, com a energia de nossas ancestrais. Isso é força para as lutas, não é magia, nem religiosidade, nem igreja, é energia do povo, da Pachamama, de Ñanderu, de Niamissu. É bonito se conectar além do que não se pode entender e dali vem a força e a energia ancestral de nossos povos e territórios.



Referências

CUBILLO-GUEVARA, A.P., HIDALGO-CAPITÁN, A.L. e DOMÍNGUEZ-GÓMEZ, J.A. El pensamiento sobre el Buen Vivir. Entre el indigenismo, el socialismo y el posdesarrollismo. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, n. 60, p. 27-58, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, (1974) 2019.

PAREDES, J. **Hilando fino**: desde el feminismo comunitario. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2010.

PAREDES, J. Despatriarcalización: Una respuesta categórica del feminismo comunitario (descolonizando la vida). **Revista de Estudios Bolivianos**, v. 21, p. 100-115, 2015.

PAREDES, J. Descolonizar las luchas: la propuesta del feminismo comunitario. **Mandrágora**, v. 24, n. 2, p. 145-160.

YAMPARA, S. Cosmovivencia andina. Vivir y convivir en armonía integral – Suma Qamaña. **Bolivian Studies Journal**, v. 18, 2011.

Foto: Fran Rebelatto. Sucre, Bolívia

